



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.681, DE 2007

Inclui a data de 25 de junho de 1822 no calendário oficial de efemérides históricas do Brasil.

Autor: Deputado **WALTER PINHEIRO**
Relatora: Deputada **ALICE PORTUGAL**

I - RELATÓRIO

O presente projeto de autoria do Deputado Walter Pinheiro *inclui a data de 25 de junho de 1822 no calendário oficial de efemérides históricas do Brasil.*

A referência a esta data como marco da primeira tentativa brasileira de independência de Portugal, ocorrida na cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia, constituirá uma celebração em todo o território nacional. As instituições educacionais, em todos os níveis de ensino, e os livros didáticos de História do Brasil farão menção a esta data destacando o seu significado histórico no período que precedeu a Independência do Brasil.

Na justificação destaca o Autor:

“ Esse movimento de resistência manteve a vila de Cachoeira longe do domínio português, e nesse mesmo dia, em sessão pública da Câmara, foi proclamado D. Pedro I, filho de D. João VI, o Regente do Brasil. Seguiram-se atos de confronto, mas ao mesmo tempo começava a se firmar o espírito de independência de toda a Nação”.

Nesta Comissão foi aberto o prazo para recebimento de emendas, no período de 24/08/2007 a 03/09/2007. Encerrado o prazo, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O conhecimento da história de uma nação ou de um povo nos permite dimensioná-los no tempo e no espaço. As datas significativas para cada grupo humano, sejam religiosas, sociais ou históricas passam a ser marcos de referência para a compreensão das suas identidades. As datas comemorativas se relacionam a fatos ou personagens históricos de uma época,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

mas, às vezes são modificados em outra época, em virtude de novos fatos, geralmente associados à política vigente. Assim temos o 7 de setembro que se manteve antes e depois da fase republicana, porém modificou os homenageados e a concepção dos responsáveis pela criação da nação brasileira. Também Tiradentes, *alçado a herói nacional após a implantação do regime republicano, não era personagem mencionado sequer nas aulas de História no decorrer do período imperial do século XIX.*

A expressão utilizada pela Profª Circe Bittencourt, no *Dicionário de Datas da História do Brasil*, de que *datas são suportes da memória*, nos dão uma dimensão da pontuação que pode e deve ser feita, considerando uma linha de tempo, para rememorar a história. Todo o fato histórico é permeado de outros fatos históricos preparatórios, que em uma cadeia de acontecimentos se posicionam em antes, durante e depois.

Ao pensarmos a Independência do Brasil ocorrida em 7 de setembro de 1822, na cidade de São Paulo, não podemos deixar de relacioná-la ao retorno de D. João VI a Portugal, quando as Cortes de Lisboa pretendiam recolonizar o Brasil e exigiam a volta do regente D. Pedro. A primeira grande manifestação de resistência a este ato foi o Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, quando D. Pedro desobedece à determinação de Portugal e permanece no Brasil.

Outro fato histórico pouco conhecido se dá no município de Cachoeira, no Estado da Bahia que, pioneiramente, declara adesão a D. Pedro, desconhecendo a autoridade do Brigadeiro português Ignácio Luiz Madeira de Melo. Com o apoio de outras Vilas, as forças municipais compostas por oficiais, proprietários de engenho e escravos lideraram um movimento revolucionário contra o regime português, proclamando a nacionalidade brasileira.

A Câmara Municipal de Cachoeira aclamou o Príncipe D. Pedro, Regente do Brasil. Diante disso *uma escuna de guerra portuguesa que se achava no Porto atirou contra a Vila, o que causou indignação geral. (...) Certo número de homens valentes dirigiram-se para a escuna, tomaram-na e houve ainda tiroteios entre partidários da causa nacional e da lusitana, resultando de tudo, em 25-6-1822, a organização de uma Junta Conciliatória de Defesa. Esta nova Junta logo se dirigiu ao Príncipe Regente manifestando sua adesão*, (Dicionário Brasileiro de Datas Históricas).

Cachoeira, pelo seu passado histórico, foi distinguida com o título de Cidade Monumento Nacional pelo Decreto nº 68.045, de 13 de janeiro de 1971. Foi por duas vezes sede do governo da Bahia, em 1822 e 1837. Está associada à história do Brasil como a primeira *Vila* que proclamou D. Pedro I como Regente do Brasil.

No momento em que se aproximam as comemorações alusivas ao bicentenário da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil (1808-2008) e de nossa emancipação política, é preciso resgatar estes fatos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

históricos que não tiveram o devido registro nos livros de história e que bem demonstram o interesse do povo baiano na luta pela Independência de nosso País.

Diante do exposto, voto pela aprovação do PL nº 1.681,
de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputada **ALICE PORTUGAL**
Relatora